



- **Senhoras e Senhores Vogais do Conselho Superior da Magistratura**
- **Senhor Diretor do Centro de Estudos Judiciários**
- **Senhora Presidente do Tribunal da Relação de Évora**
- **Senhora Diretora-adjunta e senhor Coordenador do Departamento de**

Formação do CEJ

- **Distintos Convidados**
- **Caras e caros Colegas, nos quais incluo com alegria os agora empossados**
- **Minhas Senhoras e meus Senhores**

Hoje é com certeza um dia feliz para todos os agora já empossados juízes estagiários, até agora auditores de justiça no 39.º Curso Normal do CEJ. Alcançaram um objetivo pessoal, um sonho para o qual tanto trabalharam num percurso de formação muito exigente.

Mas é também um dia muito feliz para o CSM e para os tribunais, pela promessa de renovação institucional.

Começa aqui para todos vós, meus caros novos colegas juízes, um novo percurso de socialização profissional, ainda de aprendizagem em exercício, é certo, mas já integrados na casa do Conselho Superior da Magistratura que hoje vos recebe como novos pares.

Nesse caminho, serão juízes com competências próprias e com o grau de independência próprio dos juízes. Irão declarar e aplicar o direito e a justiça em nome do povo, em conformidade com um dos mais sérios e importantes mandatos constitucionais.

Não é pouca coisa.

É antes o agigantar duma responsabilidade pessoal num horizonte de serviço público de feição independente naquele que é o órgão de soberania mais exigentemente escrutinado, garante dos direitos individuais e coletivos e marcador regulatório essencial do estado de direito democrático e de justiça.



O CSM conta convosco. Peço-vos que contem sempre com o CSM.

O CSM existe para governar a organização do poder judicial no quadro constitucional da separação de poderes e por isso mesmo a interação dos juízes com o CSM é organicamente necessária.

O CSM deve ser atento e exigente no desempenho das suas competências de governação dos juízes. Podem estar certos disso. Mas também por isso mesmo vos peço que sejam exigentes com o CSM quanto às condições de trabalho para desenvolverem as vossas competências - não tenham qualquer medo dessa vossa exigência.

O CSM é participado por juízes eleitos pelos seus pares exatamente para permitir um governo autónomo responsável e de elevado comprometimento de serviço. Por conseguinte, no afastamento de lógicas individualistas inconvenientes, espera-se que os juízes desenvolvam uma forte consciência coletiva, uma consciência de corpo e de corpo único, tanto mais forte quanto é esse o programa organizativo indicado na Constituição.

É de alguma forma por tudo isto que alguns dos mais importantes objetivos assinalados pela lei do CEJ para a fase de estágio, a que agora acedem, são os do desenvolvimento das competências de organização e gestão de métodos de trabalho, com relevo para a gestão do tribunal e do processo, a par do desenvolvimento do sentido de responsabilidade e da construção e afirmação de uma identidade profissional responsável e personalizada.

Estou certo de que alcançarão esses objetivos com a preparação que já possuem.

Minhas senhoras e meus senhores, colegas

Se este dia é um dia feliz para os nossos agora empossados, como disse no início, é também um bom dia para o CSM e para o sistema dos tribunais. Ficamos com a perspetiva dum importante reforço num momento de enorme carência de juízes para ocupar os lugares previstos no mapa judicial.

Embora importante, devo também dizer francamente, como tenho dito anteriormente, que o reforço é imperfeito. O 39.º Curso Normal do CEJ dá-nos apenas 46 novos juízes, quando o número de juízes que já cessaram funções em 2024 até este mês de setembro é de 45, prevendo-se outro tanto até ao final do ano. Necessitávamos de, pelo menos, cem



novos juízes este ano, de acordo com o programa de necessidades que comunicámos ao Governo.

O número de juízes que cessaram funções em 2023 andou perto dos 90 e ingressaram depois 38 novos provenientes do 38.º Curso, quando também em 2022 cessaram funções perto dos 80 e apenas ingressaram 40 novos juízes estagiários provenientes do 37.º Curso Normal do CEJ. O défice acentua-se, portanto, neste momento sem fim à vista.

Este ano, à semelhança do ano anterior, 60 juízes de 1.ª instância foram promovidos aos tribunais da Relação. Os tribunais de comarca ficam, portanto, ainda mais desguarnecidos.

Este é um aperto perigoso que tem convocado toda a nossa atenção e com o qual os agora novos colegas vão ter de se confrontar.

Vamos ter de racionalizar mais o trabalho dos juízes, recorrendo a medidas de governação compatíveis e facilitadoras. Insistimos na necessidade duma revisão do mapa judiciário mais focada em ajustamentos flexíveis, como já pedimos. Apostamos na urgência duma nova estrutura de assessoria aos juízes, quer na 1.ª instância, quer nos tribunais da Relação, inteiramente dependente da governação dos tribunais, como paradigma transformador do trabalho de apoio à jurisdição.

No imediato mais curto da agenda procuramos - e essa atenção especial peço a todos vós, nossos agora novos juízes - uma atenção prioritária e coordenada à agenda do ambiente digital que conforma a tramitação dos processos, aos equipamentos hardware dos juízes, aos programas informáticos, à formação e ao apoio técnico individualizado a cada juiz. Mais e melhor tecnologia devem poupar muitas horas de trabalho a cada juiz, diminuindo pressões de serviço pouco sustentáveis.

Caras e caros colegas

Vivemos novos tempos não só no quadro organizativo da jurisdição, mas também na qualidade dos casos submetidos a juízo - da cada vez maior complexidade operativa dos chamados megaprocessos, à cada vez maior complexidade substantiva dos direitos, valores e bens jurídicos que convocam o quadro de proteção que os tribunais podem e devem garantir. Vão ter de enfrentar a pressão destes tempos e responder com justiça, como juristas íntegros, como juristas da ação e aplicação ou, como disse Manuel de Andrade, os definitivos intermediários entre a norma e a vida, a viva-voz do Direito.



Não obstante o peso das realidades adversas e da exposição mediática muito intensa, apesar de tudo, os tribunais são o órgão de soberania que mais estavelmente deve merecer a confiança dos portugueses como garantia das suas vidas justas e pacíficas.

Devemos ter estima nessa confiança, justificá-la e usá-la como incentivo para melhorar os nossos processos de trabalho, num maior compromisso com a qualidade que o cidadão deve esperar, num maior compromisso com a justiça e com o estado de direito.

Nesse espírito de compromisso, todos concordaremos que vale a pena ser juiz, também na certeza que então poderemos prestar um bom serviço ao povo em nome do qual somos mandatados para dizer o direito.

Para terminar, deixo-vos a todos os meus parabéns pela caminhada que aqui vos trouxe e manifesto-vos a minha sincera esperança no vosso bom futuro como juízas e juízes.

Muito obrigado.

Lisboa, 3 de setembro de 2024, na posse como juízes estagiários dos auditores do 39.º Curso Normal do CEJ.

Luís Azevedo Mendes

Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura